

Diário Oficial

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Ano CIII • Nº 137

Edição eletrônica

Recife, sábado, 08 de agosto de 2026

Audiência debate prejuízos em mudanças nas operadoras de saúde

Participantes discutiram sobre o descredenciamento unilateral de hospitais e clínicas

O descredenciamento unilateral de hospitais e clínicas por operadoras de saúde que atuam em Pernambuco motivou ontem uma audiência pública da Comissão de Justiça (CCLJ) da Alepe. O colegiado ouviu autoridades, representantes de usuários e dos planos de saúde, além de integrantes de órgãos de defesa do consumidor.

A mesa foi presidida pelo deputado Coronel Alberto Feitosa (PL) e contou com a participação do deputado federal Coronel Meira (PL-PE). O debate abordou, entre outras questões, a redução da cobertura de saúde e a diminuição no número de leitos disponíveis. Também apontou fragilidades na fiscalização da rede pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

DEPOIMENTO

Quando a empresa rompe contrato com prestadores

de serviço por decisão própria, sem a concordância da outra parte, ou quando o corte de rede afeta o consumidor sem negociação prévia, pode se caracterizar descridenciamento unilateral. A Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/98) permite a substituição de prestadores, mas impõe regras rígidas para evitar abusos contra o cliente, prevendo substituição equivalente, aviso prévio com antecedência mínima de 30 dias e a manutenção de internações e tratamentos de doenças graves em andamento.

A usuária Magali Campelo relatou o drama dos beneficiários que contrataram um plano individual completo com cobertura em todo o Nordeste e assistiram à substituição de todos os hospitais por uma rede própria da operadora. “O que eu vou falar representa um percurso bem doloroso. A própria ANS concluiu que todos os



FOTO: NIVALDO FRANCISCO

IMPACTOS – A redução na cobertura e no número de leitos disponíveis foi questionada pelos participantes durante a audiência pública

hospitais foram descridenciados de forma abusiva”, denunciou.

A advogada Gilma Carvalho expôs os abusos contra os segurados e a falta de fiscalização preventiva. “Cada operadora e cada segurado envolvidos caminham para a judicialização, sobrecarregando o Judiciário com ações que seriam evitadas se a fiscalização da ANS tivesse sido efetiva”, apontou.

A especialista trouxe dados sobre as perdas sofridas por usuários de planos de

saúde, que são a parte mais vulnerável dos contratos e não conseguem um retorno do órgão que deveria fiscalizar e regular as operadoras. “Sem devolutivas da ANS, os segurados não conseguem comprovar suas denúncias perante a justiça e fazer valer a lei”, observou Carvalho.

REGULAÇÃO

Em defesa da SulAmérica Saúde, o advogado Erik Sial argumentou pela legalidade do redimensionamento

da rede. “É inegável que toda mudança gera inquietude, mas judicialmente, até o momento, a regularidade do redimensionamento de rede levado a efeito pela SulAmérica está sendo reconhecida”, declarou.

O promotor Mavíael Silva, do Ministério Público Estadual (MPPE), criticou a inércia regulatória federal. “A ANS e as outras agências não trabalham em defesa do consumidor. Só eventualmente uma norma criada por elas os beneficia”, opinou.

Já o representante do Procon Recife, Fábio Bernardino, explicou que as reclamações contra operadoras de planos de saúde são constantes, inclusive em relação ao descridenciamento. Contudo, muitas denúncias não caminham para uma penalização porque, após serem notificadas, as empresas entram em contato com o cliente, atendem a demanda pontual e orientam a retirada da denúncia. Bernardino enfatizou, entretanto, que a fiscalização continuará severa.

AUTISMO

Outro ponto levantado na audiência foi a dificuldade de que pessoas com autismo estão encontrando tanto para ingressar em um plano de saúde, quanto para utilizar a rede, cada vez mais restrita. É o caso de Roberta Francisco, que tem uma filha autista e vem sofrendo com o descridenciamento de clínicas no plano da Unimed.

“Eu corro no Ministério Público para denunciar e ele diz que não pode fazer nada. Corro na ANS, que também não faz nada. Então eu, como usuária, para onde eu vou?”, desabafa.

Também esteve presente o representante da Rede D’Or, Ronaldo Rodrigues.

A seção de notícias do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social**.

EXPEDIENTE: Superintendente: Arthur Cunha; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Júlia Guimarães; **Gerente de Imprensa e Site:** Helena Alencar (interina); **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do site:** Edson Alves Jr., Helena Alencar; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem:** Amanda Arruda, Amanda Seabra, Ana Célia Silva, Eliza Kobayashi, Haymone Neto, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Júlia Nazário, Maria Luísa Richter, Ruane Barbosa, Siliane Falcão; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Evane Manço, Gabriel Costa, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Nando Chiappetta, Nivaldo Francisco, Roberta Guimarães; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Edição Eletrônica:** João Pinheiro; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. **Fone:** 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

Ato

ATO Nº 1284/2026

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000487/2026, do Deputado João Paulo do PT, Líder da BANCADA DA FEDERAÇÃO PT/PV/PC DO B, RESOLVE: exonerar SUELI DE ANDRADE LUCENA do cargo em comissão ASSESSOR DE LIDERANÇA - PL-ASL daquela Liderança, a partir do dia 03 de Agosto de 2026, nos termos da Lei nº 18.149 de 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Agosto de 2026

Deputado Álvaro Porto
Presidente

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

Editais

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 125, inciso I do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: DEPUTADO ADALTO SANTOS (PP), DEPUTADO ANTONIO MORAES (PSD), DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP), DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA (PL), DEPUTADO DIOGO MORAES (PSB), DEPUTADO EDSON VIEIRA (PODEMOS), DEPUTADO JARBAS FILHO (PSD), DEPUTADO JOÃO PAULO DO PT (PT) e DEPUTADO SILENO GUEDES (PSB), membros titulares, e DEPUTADO ABIMAEEL SANTOS (PL), DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA (PSD), DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO (PP), DEPUTADO ERIBERTO FILHO (PSB), DEPUTADO JOAQUIM LIRA (PV), DEPUTADO KAIO MANIÇOBA (PP), DEPUTADO RENATO ANTUNES (NOVO), DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE (PSB) e DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO (PODEMOS) membros suplentes, para participarem da reunião a ser realizada às 10h00 (dez horas) do dia 11 (onze) de agosto, terça-feira, do corrente ano, no Plenarinho II, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista – Recife/PE, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO

I) PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC):

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2026, de autoria do Deputado João Paulo do PT (Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento de Promoção dos Direitos da População LGBTQIAPN+).

2. Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2026, de autoria do Deputado Mário Ricardo (Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento da Boa Idade, determinando a identificação e discriminação de recursos destinados às políticas públicas voltadas a pessoas com 60 anos ou mais, incluindo despesas prioritárias em saúde, assistência social, educação continuada, transporte e cultura/recreação, e dá outras providências).

II) PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR (PLC):

1. Projeto de Lei Complementar nº 4212/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Institui o Novo Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários - PERC 2026, referente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e modifica a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016).
Regime de Urgência

2. Projeto de Lei Complementar nº 4213/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, a Lei Complementar nº 61, de 15 de julho de 2004, e a Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, autoriza a prorrogação contratual que indica e revoga o art. 6º da Lei nº 19.209, de 16 de março de 2026).
Regime de Urgência

III) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO):

1. Projeto de Lei Ordinária nº 4206/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município de Exu, o direito de uso do imóvel que indica).
Regime de Urgência

2. Projeto de Lei Ordinária nº 4207/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Patrimônio do Senhor Bom Jesus dos Afritos da Diocese de Floresta, situado no Município de Floresta).
Regime de Urgência

3. Projeto de Lei Ordinária nº 4208/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Município de São José da Coroa Grande, neste Estado).
Regime de Urgência

4. Projeto de Lei Ordinária nº 4209/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Município de Bezerras, neste Estado).
Regime de Urgência

5. Projeto de Lei Ordinária nº 4210/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Município de São José do Egito).
Regime de Urgência

6. Projeto de Lei Ordinária nº 4211/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Município de Surubim).
Regime de Urgência

7. Projeto de Lei Ordinária nº 4248/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei nº 13.494, de 2 de julho de 2008, que cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SESANS com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada).
Regime de Urgência

8. Projeto de Lei Ordinária nº 4249/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso do imóvel, mediante prévia licitação, nos termos do § 1º do art. 4º da Constituição do Estado e do art. 76 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
Regime de Urgência

9. Projeto de Lei Ordinária nº 4250/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Município de Moreno).
Regime de Urgência

10. Projeto de Lei Ordinária nº 4251/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza a supressão de segmento de vegetação em Área de Preservação Permanente na área que especifica).
Regime de Urgência

11. Projeto de Lei Ordinária nº 4252/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza a supressão de segmento de vegetação em Área de Preservação Permanente na área que especifica).
Regime de Urgência

12. Projeto de Lei Ordinária nº 4253/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Dispõe sobre medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 2027, no âmbito do Estado de Pernambuco).
Regime de Urgência

13. Projeto de Lei Ordinária nº 4167/2026, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Institui a Paróquia Nossa Senhora de Belém como Área de Interesse Turístico Religioso no Estado de Pernambuco, e dá outras providências).

14. Projeto de Lei Ordinária nº 4168/2026, de autoria do Deputado João Paulo do PT (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento aos Impactos Ambientais e Sociais Decorrentes das Chuvas).

15. Projeto de Lei Ordinária nº 4169/2026, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para dispor sobre a obrigatoriedade de notificação prévia da interrupção dos serviços pelos provedores de Internet).

16. Projeto de Lei Ordinária nº 4170/2026, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 19.186, de 25 de fevereiro de 2026, que institui a Política Estadual de Incentivo à Agricultura Familiar no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Doriel Barros, para ampliar o acesso à mecanização agrícola, às tecnologias apropriadas e aos instrumentos de crédito destinados aos agricultores familiares).

17. Projeto de Lei Ordinária nº 4171/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a vedação da comercialização, intermediação onerosa e cobrança de valores por particulares para utilização de espaços públicos estaduais destinados à realização de feiras, exposições, eventos comunitários e atividades similares no Estado de Pernambuco).

18. Projeto de Lei Ordinária nº 4172/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação de todos os ingredientes utilizados na fabricação de alimentos artesanais comercializados no Estado de Pernambuco e dá outras providências).

19. Projeto de Lei Ordinária nº 4173/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Institui a obrigatoriedade de disponibilização de informação ostensiva sobre conteúdos impróprios para crianças e adolescentes em eventos, espetáculos e ambientes de entretenimento comercializados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MESA DIRETORA

Presidente, Deputado Álvaro Porto

1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias

2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor

1º Secretário, Deputado Francismar Pontes

2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho

3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho

4º Secretário, Deputado Izaías Régis

1º Suplente, Deputado Doriel Barros

2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho

3º Suplente, Deputado Romero Albuquerque

4º Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz

5º Suplente, Deputado William Brígido

6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório

7ª Suplente, Deputada Socorro Pimentel

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos

Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva

Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte

Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva

Ouvidor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins

Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno

Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade

Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo

Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima

Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo

Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira

Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha

Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres

Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos

Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier

Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patrício Lopes

Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Aírton Paes dos Santos

Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves



COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

20. Projeto de Lei Ordinária nº 4175/2026, de autoria da Deputada Débora Almeida (Ementa: Denomina a PE-240, que liga o Distrito de Lagoa de São José ao Distrito de Rainha Isabel, ambos no município de Bom Conselho, como "Rodovia Antonio da Veiga Barros").

21. Projeto de Lei Ordinária nº 4176/2026, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz (Ementa: Altera a Lei nº 12.387, de 17 de junho de 2003, que dispõe sobre a divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios e espaços públicos no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei da Deputada Teresa Leitão, para tornar obrigatória a fixação de placa informativa sobre a paralisação de obras públicas).

22. Projeto de Lei Ordinária nº 4180/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual do Correspondente Jurídico).

23. Projeto de Lei Ordinária nº 4181/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Estabelece diretrizes para o incentivo à instalação de pontos de descarte e coleta de dejetos de animais de estimação nas áreas externas de acesso aos condomínios residenciais localizados no Estado de Pernambuco e dá outras providências).

24. Projeto de Lei Ordinária nº 4182/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 17.768, de 3 de maio de 2022, que institui a Política Estadual de Atendimento à Gestante no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado William Brígido, a fim de estabelecer normas adicionais para o tratamento da Depressão Pós-Parto (DPP) e dá outras providências).

25. Projeto de Lei Ordinária nº 4183/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Altera a Lei nº 16.397, de 4 de julho de 2018, que cria o Código de Procedimento em matéria processual no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de dispor sobre o cumprimento de ordens e mandados de despejo ou reintegração de posse).

26. Projeto de Lei Ordinária nº 4184/2026, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Denomina Complexo de Polícia Civil Gabriel Mesquita de Freitas o Complexo de Polícia Civil, em Vitória de Santo Antão).

27. Projeto de Lei Ordinária nº 4185/2026, de autoria do Deputado Fabrízio Ferraz (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de informações em sistema Braille e em formatos acessíveis para pessoas com deficiência visual nos serviços de transporte público coletivo, individual e privado de passageiros no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências).

28. Projeto de Lei Ordinária nº 4186/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 12.770, de 8 de março de 2005, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, a fim de assegurar o direito ao recebimento domiciliar de medicamentos de uso contínuo para pacientes em situação de vulnerabilidade).

29. Projeto de Lei Ordinária nº 4190/2026, de autoria do Deputado Francismar Pontes (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de ampliar os objetivos da Semana Estadual da Família Atípica).

30. Projeto de Lei Ordinária nº 4191/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Denomina de Creche Norma Lúcia Nunes Garcia, a Creche construída com recursos estaduais localizada no Município de Bezerros).

31. Projeto de Lei Ordinária nº 4192/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Denomina de Creche Adelino Antonio Ribeiro, a Creche construída com recursos estaduais localizada no Município de Cupira).

32. Projeto de Lei Ordinária nº 4193/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Denomina de Creche Maria Lúcia Heráclio de Souza Lima, a Creche construída com recursos estaduais localizada no Município de Bonito).

33. Projeto de Lei Ordinária nº 4194/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Denomina de Creche Fernando Lucena, a Creche construída com recursos estaduais localizada no Município de São Joaquim do Monte).

34. Projeto de Lei Ordinária nº 4195/2026, de autoria do Deputado Jarbas Filho (Ementa: Denomina "Creche Padre Romeu da Fonte" a Creche situada no Bairro do Cordeiro, no Município do Recife).

35. Projeto de Lei Ordinária nº 4196/2026, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Denomina Escola Técnica Estadual Prefeito Armando Duarte de Almeida, a Escola Técnica Estadual (ETE), localizada no Município de Caetés).

36. Projeto de Lei Ordinária nº 4197/2026, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Denomina Escola Técnica Estadual Pecuarista Zeniro Elias Martins, a Escola Técnica Estadual (ETE), localizada no Município de Águas Belas).

37. Projeto de Lei Ordinária nº 4198/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Denomina de Escola Dulcinea Valença de Melo, a Escola construída com recursos estaduais localizada no Município de Cachoeirinha).

38. Projeto de Lei Ordinária nº 4199/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção, Preparação e Proteção da População diante de eventos climáticos extremos associados ao fenômeno El Niño e dá outras providências).

39. Projeto de Lei Ordinária nº 4200/2026, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Denomina de Creche Diuma Ferraz, a Creche construída com recursos estaduais localizada no Município de Floresta).

40. Projeto de Lei Ordinária nº 4201/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 18.569, de 3 de junho de 2024, que institui a Política Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de incluir a campanha permanente de conscientização sobre responsabilidade parental, dever alimentar e proteção integral).

41. Projeto de Lei Ordinária nº 4202/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 12.770, de 8 de março de 2005, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, a fim de assegurar ao usuário internado sem acompanhante autorizado o direito à comunicação humanizada com familiar ou pessoa responsável previamente indicada).

42. Projeto de Lei Ordinária nº 4203/2026, de autoria dos Deputados Luciano Duque e Socorro Pimentel (Ementa: Denomina de Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Raimundo Carrero, a Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio, localizada no Município de Salgueiro).

43. Projeto de Lei Ordinária nº 4204/2026, de autoria do Deputado João Paulo do PT (Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento aos Impactos Ambientais e Sociais Adversos Originados da Incidência de Eventos Climáticos Extremos no âmbito do Estado de Pernambuco).

44. Projeto de Lei Ordinária nº 4205/2026, de autoria do Deputado João Paulo do PT (Ementa: Altera a Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002, que institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - RPV-PE, e dá outras providências, para criar a modalidade honorífica de reconhecimento e dá outras providências).

45. Projeto de Lei Ordinária nº 4214/2026, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina a substituição da expressão "Declaração de Pobreza" pela expressão "Declaração de Hipossuficiência Econômica" nos atos, documentos, formulários, sistemas e procedimentos administrativos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual de Pernambuco).

46. Projeto de Lei Ordinária nº 4215/2026, de autoria do Deputado Kaio Maniçoba (Ementa: Denomina de Creche Estadual Maria José Campos de Lima a unidade de educação infantil em construção localizada às margens da PE-375, na Avenida Pedro Francisco da Silva, Distrito de Caraibeiras, Município de Tacaratu).

47. Projeto de Lei Ordinária nº 4216/2026, de autoria do Deputado Kaio Maniçoba (Ementa: Denomina Creche Estadual Fernando Sales de Moura Maniçoba a unidade de educação infantil localizada na Rua Projetada 11, Loteamento Três Marias II, no Município de Floresta).

48. Projeto de Lei Ordinária nº 4217/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Denomina de Creche Amélia Idalina de Lima, a Creche construída com recursos estaduais localizada no Município de Agrestina).

49. Projeto de Lei Ordinária nº 4218/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Denomina de Creche Antônia Jacinta Torres, a Creche construída com recursos estaduais localizada no Município de Verdejante).

50. Projeto de Lei Ordinária nº 4219/2026, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.736, de 21 de março de 2016, que regulamenta a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício e assemelhados, e de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso com estampidos, assim como a queima e soltura nos eventos e ambientes que especifica e dá ouas providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, para dispor sobre a proibição de venda de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso com estampido em todo o território do Estado de Pernambuco).

51. Projeto de Lei Ordinária nº 4220/2026, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes para instituir o Dia Estadual do Livre Mercado).

52. Projeto de Lei Ordinária nº 4221/2026, de autoria do Deputado Kaio Maniçoba (Ementa: Denomina de Patrício José de Carvalho Freitas o prédio do Complexo da Polícia Científica (CPC), localizado no Município de Floresta).

53. Projeto de Lei Ordinária nº 4222/2026, de autoria do Deputado Kaio Maniçoba (Ementa: Denomina Mozar Xavier de Siqueira o prédio da Seção do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, localizado no Município de Floresta).

54. Projeto de Lei Ordinária nº 4223/2026, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Denomina de Professora Maria de Lourdes Perazzo Valadares a creche, construída com recursos estaduais, situada no município de São José do Egito - PE).

55. Projeto de Lei Ordinária nº 4224/2026, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Rio Jaboatão).

56. Projeto de Lei Ordinária nº 4225/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Denomina de Creche Josué Pereira de Oliveira, a Creche construída com recursos estaduais localizada no Município de São Lourenço da Mata).

57. Projeto de Lei Ordinária nº 4226/2026, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Institui a Política Estadual de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Escolas, no âmbito do Estado de Pernambuco).

58. Projeto de Lei Ordinária nº 4227/2026, de autoria da Deputada Débora Almeida (Ementa: Denomina de "Unidade José Hamilton Ferro de Sousa" a Unidade Local da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (ADAGRO), do município de São Bento do Una).

59. Projeto de Lei Ordinária nº 4228/2026, de autoria do Deputado Francismar Pontes (Ementa: Estabelece diretrizes para ações de conscientização sobre os sinais e fatores de risco do Acidente Vascular Cerebral - AVC em mulheres no Estado de Pernambuco).

60. Projeto de Lei Ordinária nº 4229/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 19.104, de 17 de novembro de 2025, que institui a Política de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de prever a prioridade na realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual).

61. Projeto de Lei Ordinária nº 4230/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 18.286, de 1º de setembro de 2023, que dispõe sobre a institucionalização do Programa de Conscientização e Prevenção ao Etarismo no Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado William Brígido, a fim de inserir a abordagem do capacitismo).

62. Projeto de Lei Ordinária nº 4231/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de incluir diretriz relacionada à criação de cadastro das pessoas com Transtorno do Espectro Autista).

63. Projeto de Lei Ordinária nº 4233/2026, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 15.124, de 11 de outubro de 2013, que regulamenta o art. 239 da Constituição do Estado, fixando os critérios de denominação de bens públicos estaduais, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de dispor sobre a indicação da localização do bem público a ser denominado).

64. Projeto de Lei Ordinária nº 4234/2026, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Denomina de Professora Zélia Primo de Carvalho Leal, a Creche construída com recursos estaduais localizada no Município de São José do Belmonte).

65. Projeto de Lei Ordinária nº 4236/2026, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Altera a Lei nº 13.254, de 21 de junho de 2007, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco, autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, e dá outras providências e a Lei nº 16.205, de 24 de novembro de 2017, que dispõe sobre o serviço de fretamento intermunicipal, para excluir o transporte de pacientes do Programa de Tratamento Fora do Domicílio - TFD do regime do serviço de fretamento intermunicipal de passageiros e da competência de fiscalização da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, e dá outras providências).

66. Projeto de Lei Ordinária nº 4237/2026, de autoria do Deputado Kaio Maniçoba (Ementa: Denomina de Creche Estadual Maria Gabrielly Tenório Melo a unidade de educação infantil da Rede Estadual de Ensino localizada na PE-282, Rua João Alves dos Passos, no Município de Igaruary).

67. Projeto de Lei Ordinária nº 4239/2026, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.899, de 27 de outubro de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre o uso de drogas, bem como sobre abuso sexual e violência contra a mulher, nos eventos que especifica e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, a fim de inserir mensagens educativas sobre a violência contra a criança e o adolescente).

68. Projeto de Lei Ordinária nº 4240/2026, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre as diretrizes estaduais para a instituição, a regulamentação e a garantia de acesso à Avaliação Biopsicossocial da Deficiência no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências).

69. Projeto de Lei Ordinária nº 4241/2026, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Declara o Município de Bom Jardim como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco e dá outras providências).

70. Projeto de Lei Ordinária nº 4242/2026, de autoria do Deputado Jarbas Filho (Ementa: Denomina de Creche João Brasilino de Brito, a Creche situada no Município de Dormentes).

71. Projeto de Lei Ordinária nº 4243/2026, de autoria do Deputado Junior Matuto (Ementa: Altera a Lei nº 16.329, de 9 de abril de 2018, que define a vaquejada como prática esportiva e cultural, unificando as suas regras, estabelecendo normas de realização dos eventos, do bem-estar animal, além de definir procedimentos e estabelecer diretrizes garantidoras do bom andamento do esporte, através do controle e prevenção sanitário-ambientais, higiênico-sanitárias e de segurança para os animais e para o público em geral, bem como dá outras providências, originada de projetos de lei de autoria dos Deputados Henrique Queiroz e Miguel Coelho, para estabelecer medidas complementares de proteção à integridade física dos competidores nas pistas de vaquejada).

72. Projeto de Lei Ordinária nº 4244/2026, de autoria do Deputado Ricardo Antunes (Ementa: Altera a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual, a fim de assegurar aos professores contratados o direito à inscrição e classificação em novos processos seletivos durante o interstício mínimo).

73. Projeto de Lei Ordinária nº 4245/2026, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Dispõe sobre a garantia de liberdade de escolha ao consumidor em eventos realizados no Estado de Pernambuco e dá outras providências).

74. Projeto de Lei Ordinária nº 4246/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de suspender o prazo de validade de concursos públicos durante o período em que a legislação eleitoral proibir a nomeação de candidatos aprovados).

75. Projeto de Lei Ordinária nº 4247/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.302, de 21 de setembro de 2007, que estabelece os princípios e as diretrizes a serem observados pelo Governo do Estado de Pernambuco quando da elaboração e execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Antônio Figueirôa, a fim de estabelecer o encaminhamento de informações relativas aos boletins de ocorrência de violência doméstica e familiar aos órgãos municipais de políticas públicas para as mulheres).

IV) PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PR):

1. Projeto de Resolução nº 4174/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Submete a indicação de J. Borges para a obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco).

2. Projeto de Resolução nº 4177/2026, de autoria do Deputado Kaio Maniçoba (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor Antônio Peçanha).

3. Projeto de Resolução nº 4188/2026, de autoria do Deputado Cleiton Collins (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Excelentíssimo Sr. Thiago Ribeiro Montimór, Pastor Presidente da Igreja Evangélica Ministério Apascentar em Jaboatão dos Guararapes no Estado de Pernambuco).

4. Projeto de Resolução nº 4189/2026, de autoria do Deputado Jarbas Filho (Ementa: Confere ao Município de Dormentes o Título Honorífico de Capital Pernambucana da Raça de Ovinos Berganês).

5. Projeto de Resolução nº 4232/2026, de autoria do Deputado Kaio Maniçoba (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Senhora Alda Lúcia Soares Paes de Souza).

6. Projeto de Resolução nº 4238/2026, de autoria do Deputado Sileno Guedes (Ementa: Submete a indicação do veículo de transporte de passageiros Toyota Bandeirante para obtenção do Registro de Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco).

DISCUSSÃO

I) PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC):

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2023, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento da Igualdade Racial).
Relatoria: Deputado Luciano Duque

2. Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2026, de autoria do Deputado João Paulo do PT (Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento de Promoção dos Direitos da População LGBTQIAPN+).

II) PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR (PLC):

1. Projeto de Lei Complementar nº 4212/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Institui o Novo Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários - PERC 2026, referente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e modifica a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016).
Regime de Urgência

2. Projeto de Lei Complementar nº 4213/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, a Lei Complementar nº 61, de 15 de julho de 2004, e a Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, autoriza a prorrogação contratual que indica e revoga o art. 6º da Lei nº 19.209, de 16 de março de 2026).
Regime de Urgência

III) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO):

1. Projeto de Lei Ordinária nº 2825/2025, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Concede gratuidade no uso dos transportes públicos coletivos às mães das pessoas com atipicidades e dá outras providências).
Regime de Urgência
Relatoria: Deputado Luciano Duque
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nº 2827/2025 E 3909/2026

1.1 Projeto de Lei Ordinária nº 2827/2025, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar o direito à gratuidade de passagem às mães de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Luciano Duque

1.2 Projeto de Lei Ordinária nº 3909/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Concede gratuidade nos serviços de transporte coletivo intermunicipal ao acompanhante de pessoa com deficiência, de pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA e demais Atipicidades no Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Deputado Luciano Duque

2. Projeto de Lei Ordinária nº 4206/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município de Exu, o direito de uso do imóvel que indica).
Regime de Urgência

3. Projeto de Lei Ordinária nº 4207/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Patrimônio do Senhor Bom Jesus dos Aflitos da Diocese de Floresta, situado no Município de Floresta).
Regime de Urgência

4. Projeto de Lei Ordinária nº 4208/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Município de São José da Coroa Grande, neste Estado).
Regime de Urgência

5. Projeto de Lei Ordinária nº 4209/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Município de Bezerros, neste Estado).
Regime de Urgência

6. Projeto de Lei Ordinária nº 4210/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Município de São José do Egito).
Regime de Urgência

7. Projeto de Lei Ordinária nº 4211/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de imóvel de propriedade do Município de Surubim).
Regime de Urgência

8. Projeto de Lei Ordinária nº 221/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui o “Dossiê Mulher” no âmbito do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Joãozinho Tenório

9. Projeto de Lei Ordinária nº 1965/2024, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de dispor sobre

a concessão de benefício fiscal de alíquota reduzida aos condutores cadastrados junto ao Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), na forma que indica).

Relatoria: Deputada Débora Almeida
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3290/2025

9.1 Projeto de Lei Ordinária nº 3290/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de dispor sobre o desconto de IPVA para os condutores cadastrados junto ao Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), no âmbito do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputada Débora Almeida

10. Projeto de Lei Ordinária nº 2003/2024, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Institui a Política Estadual de Proteção aos Conselheiros Tutelares do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2107/2024, 3738/2026 E 3884/2026.

10.1 Projeto de Lei Ordinária nº 2107/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui a Política Estadual de conscientização sobre a importância dos Conselhos Tutelares, no âmbito do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa

10.2 Projeto de Lei Ordinária nº 3738/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui medidas de proteção para os Conselheiros Tutelares, no âmbito do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa

10.3 Projeto de Lei Ordinária nº 3884/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Assegura a autonomia dos Conselhos Tutelares, garante direitos para os seus membros e aprimora o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - SGD, no âmbito do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa
1. Emenda Aditiva nº 01/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3884/2026, de sua autoria (Ementa: Acrescenta novos parágrafos ao Projeto de Lei Ordinária nº 3884/2026 de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo).

11. Projeto de Lei Ordinária nº 3819/2026, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Institui o piso salarial para os Conselheiros Tutelares no âmbito do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado João Paulo do PT

12. Projeto de Lei Ordinária nº 3949/2026, de autoria do Deputado Cayo Albino (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Festa de São Sebastião, no Município de Bonito).
Relatoria: Deputado João Paulo do PT

13. Projeto de Lei Ordinária nº 4164/2026, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Denomina “Delegado Mário Pereira Lima” a Gerência Geral da Polícia Científica no município de Petrolina).
Relatoria: Deputado Diogo Moraes

IV) PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PR):

1. Projeto de Resolução nº 4109/2026, de autoria do Deputado Mario Ricardo (Ementa: Concede a Medalha Antirracista Marta Almeida, classe ouro, a Maria da Conceição Ribeiro da Silva).
Relatoria: Deputado Eriberto Filho

2. Projeto de Resolução nº 4116/2026, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Excelentíssimo Sr. Eliseu Virginio da Silva, Pastor Presidente da Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira).
Relatoria: Deputado Eriberto Filho

V) PROPOSIÇÕES ACESSÓRIAS:

1. Substitutivo nº1/2025, de autoria do Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2953/2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes (Ementa: Institui o serviço de Transporte Público Complementar Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Mario Ricardo

VI) OUTRAS DELIBERAÇÕES:

1. Apresentação do Diretor-Presidente da Neoenergia Pernambuco a respeito dos investimentos que serão realizados pela Empresa em Pernambuco.

Recife, 7 de agosto de 2026.

Deputado Coronel Alberto Feitosa
Presidente

Portarias

PORTARIA Nº 693/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 7767/2026, **RESOLVE:** designar a servidora **THAYSE KELLY GALVAO DAS NEVES**, matrícula nº 63669, Chefe do Departamento de Prestação de Contas, para responder cumulativamente pela função gratificada de Chefe de Expediente, da Estrutura da Auditoria, durante o gozo de férias da titular, **RODOLFO SILVA FRAGA**, matrícula nº 63382, no período de 27 de outubro a 10 de novembro de 2026, referente a 2ª fração do exercício de 2026.

Sala Austro Costa,07 de agosto de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 694/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 7351/2026, **RESOLVE:** designar o servidor **RODOLFO SILVA FRAGA**, matrícula nº 63382, Chefe de Expediente, da Estrutura da Auditoria, para responder cumulativamente pela função gratificada de Chefe do Departamento de Prestação de Contas, durante o gozo das férias da titular, **THAYSE KELLY GALVÃO DAS NEVES**, matrícula nº 63669, no período de 20 de julho a 03 de agosto de 2026, referente ao 2º período do exercício de 2026.

Sala Austro Costa,07 de agosto de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral